

# CARTA DE PRINCÍPIOS PARA AS ELEIÇÕES DO IFSP

## POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA! PELA REPRESENTAÇÃO DO SINASEFE-SP NO CONSUP! PELO FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS NO IFSP!

São Paulo, 18 de setembro de 2020

Vivemos no Brasil um momento histórico decisivo para a preservação do serviço público e das trabalhadoras e trabalhadores do setor público, centrais na garantia básica de inúmeros direitos da população. Enquanto tais, somos atacados em nossa estabilidade, planos de carreira, proventos e condições de trabalho cada vez mais precarizadas e com sobrecarga de atividades laborais. A esse projeto ultraliberal de destruição do Estado e ataques aos trabalhadores desse setor se faz correlato o desmonte de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais em geral, gerando miséria e repressão até o limite da supressão dos direitos democráticos, em risco no Brasil atual. Além disso, nem diante de uma pandemia devastadora, que está longe de ter sido superada e que no Brasil só matou menos gente que o genocídio histórico contra negros e povos originários, se recua o desmonte genocida de estruturas públicas como da educação e da saúde, na figura do SUS.

Como parte desse processo, o desmonte da educação pública e das condições de carreira e trabalho das educadoras e educadores que a sustentam não se faz menos evidente: estrangulamento orçamentário e o criminoso teto dos gastos, que congela todo orçamento por 20 anos, com exceção dos juros da dívida; ataques recorrentes à autonomia institucional de Universidades e Institutos Federais; instauração do Future-se, projeto de privatização e subordinação da educação ao mercado financeiro, rejeitado pelo CONSUP após consulta à comunidade interna do IFSP; o recém lançamento da Reforma Administrativa, que abre todas as portas para o Future-se, para a redução de jornada com redução de salário, para o fim da isonomia, para a flexibilização da dedicação exclusiva docente, entre tantos modos de precarização de planos de carreiras praticamente destruídas pela Reforma que transforma funções públicas em meros vínculos e perverte toda natureza pública destas, e para o fim dos concursos públicos e da estabilidade, inclusive, num segundo momento, das atuais servidoras e servidores.

Poderíamos continuar enumerando e citando a destruição de marcos legais e político-pedagógicos progressistas através da Reforma do Ensino Médio, que rebaixa e privatiza todo sentido educativo, de projetos neoconservadores para controle autoritário da autonomia pedagógica, como o denominado Escola sem Partido, sem falar da própria aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciativa dos últimos governos, cujo foco central, além de empobrecer e estreitar a formação dos estudantes, oferece as condições de controle sobre o trabalho docente e sobre a própria autonomia das escolas.



**SINASEFE-SP**

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica  
Seção Sindical São Paulo

Em sentido contrário, as instituições públicas devem aprofundar sua missão pública por meio de um planejamento e execução de gestão que aumente a capilaridade democrática, a participação e o empoderamento da comunidade interna e externa como partícipes integrais de um projeto emancipatório para além das tendências sociais que as reduzem a uma passividade receptora ou a uma mera força de trabalho executante. Escolhas e construções amplamente democráticas potencializam o envolvimento e, conseqüentemente, os resultados esperados.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia a perspectiva dialógica e democrática nas práticas institucionais torna-se base para iniciativas educacionais cujo perfil seja emancipatório e socialmente referenciado. Ampla participação e empoderamento nas instâncias e projetos institucionais por parte da comunidade interna e externa que está fundamentada na própria lei de criação dos Institutos Federais, nº 11.892/2008.

No artigo 6, que versa das suas finalidades, fica bem nítido que o IFSP forma cidadãos e cidadãs trabalhadores (item I), isto é, capazes de agir no mundo do trabalho como parte de uma sociedade mediada pela cidadania, caracterizando-se, portanto, como meio institucional de efetivação de direitos universais pressupostos numa ideia de cidadania.

Construção que implica responder às demandas sociais e peculiaridades locais (item II) num diálogo permanente, portanto, com a comunidade interna e externa à instituição para além dos ditames padronizadores do mercado. E visando um todo institucional baseado na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, toda integração e verticalização é da educação como um todo e não apenas do ensino burocraticamente isolado (item III).

Integralidade cidadã que forma trabalhadores e trabalhadoras capazes de fortalecer não apenas os arranjos produtivos locais, mas necessariamente também os sociais e culturais em geral (item IV) dos quais fazem parte os produtivos sem, no entanto, reduzirem-se mercadologicamente a estes.

Diante da necessidade de desenvolver a formação cidadã prevista no projeto de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação se faz necessário, no caso do IFSP, a garantia de representação do SINASEFE-SP no Conselho Superior (CONSUP), inclusive, com alteração regimental que garanta o direito independente da gestão eleita. A participação da Seção São Paulo no CONSUP atenderia às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, oferecendo contribuições valiosas para este segmento.

Mas é preciso ir mais longe e garantir que sindicatos educacionais locais estejam representados no CONSUP, como a APEOESP, que organiza, no Estado de São Paulo, os trabalhadores e trabalhadoras da rede pública estadual de ensino, a qual absorve a maioria dos discentes formados nas Licenciaturas, bem como sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras ligados à área de formação técnica e tecnológica afins ao IFSP. É preciso garantir também a representação da comunidade científica, bem como dos setores mais vulneráveis da comunidade organizada através de movimentos sociais, culturais, etc.

Além disto, a construção coletiva e efetivamente democrática no IFSP perpassa por incluir institucionalmente o SINASEFE-SP, tanto a nível de IFSP quanto a nível dos campi, em questões sensíveis aos trabalhadores e trabalhadoras, assim garantindo, dentro dos limites da lei, sua representação legal em comissões, inclusive deliberativas, que discutam direta ou indiretamente o trabalho do servidor, seja em relação à política interna de evolução funcional, às alterações institucionais da natureza ou rotina do trabalho, e ao planejamento e controle de políticas anti-assédio.



Também se faz importante considerar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no IFSP levantadas e registradas em carta no I Encontro de Mulheres do SINASEFE-SP e que se refletem nas demandas abaixo. No Brasil, o rendimento mensal das mulheres é, em média, 22% menor e se considerarmos aquelas com ensino superior, 38%. A cada 10 diretores e gerentes só 4 são mulheres e com rendimento 29% menor. Mulheres gastam 95% a mais de tempo em afazeres domésticos do que os homens (68 dias no ano numa jornada de 8 horas diárias), segundo DIEESE de 2019. Além disso os dados sobre violência evidenciam que a cada 9 minutos uma mulher sofre estupro e a cada 2 minutos se registra agressão sob a lei Maria da Penha, de acordo com a agência Patrícia Galvão.

**Pelos motivos acima apontados, certos de que há a percepção coletiva firme e clara na comunidade de que uma trabalhadora ou trabalhador que está Reitor ou Diretor não é patrão, o movimento sindical do IFSP solicita aos candidatos e candidatas progressistas que manifestem publicamente o compromisso em fazer uma gestão pública democrática com os esforços institucionais necessários para:**

- 1) Garantir que o candidato eleito democraticamente seja empossado, rechaçando qualquer tipo de intervenção externa, como tem sido recorrente em outras instituições de ensino irmãs por parte do governo federal.
- 2) Garantir que o representante do SINASEFE-SP, que defende os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação no IFSP, seja o representante sindical previsto no estatuto do CONSUP.
- 3) Incluir representantes do SINASEFE-SP, que defende os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação no IFSP, como partícipes com direito a voto nos Conselhos de Campi.
- 4) Realizar reuniões regulares, publicização do calendário e transmissão dos encontros do CONCAM, COLDIR e CONSUP.
- 5) Submeter o Orçamento ao Conselho Superior (Estadual) e aos Conselhos de Campi (cada unidade).
- 6) Respeitar o Estatuto do IFSP submetendo aos Colegiados e Conselhos aquilo que lhes cabe.
- 7) Reformar democrática e participativamente os documentos oficiais do IFSP por meio de uma Estatuante.
- 8) Não aprovar, implantar e reformular cursos, questões orçamentárias e organizacionais, e atribuições de docentes e TAE's por Ad Referendum.
- 9) Garantir a ampla participação de estudantes em todos os colegiados e conselhos deliberativos.
- 10) Implantar uma política institucional anti-assédio consistente e amplamente discutida com a comunidade.



- 11)** Criar uma política institucional para equidade de gênero, étnico-racial e de segmento na representação e escolha dos cargos/funções de chefia.
- 12)** Efetivar amplamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- 13)** Aprofundar uma formação humana integral e cidadã no IFSP.
- 14)** Promover uma educação e gestão de pessoas antirracista e antissexista no IFSP.
- 15)** Realizar levantamento institucional das mulheres que exercem o mesmo cargo com salários diferentes. Se há diferença de gênero na progressão de carreira é preciso criar políticas de incentivo que visem alcançar paridade.
- 16)** Criar política institucional de acolhimento para assédio moral e sexual de mulheres, servidoras e alunas, e assessoramento jurídico com olhar específico para a questão de gênero;
- 17)** Viabilizar creche em atividades institucionais que tirem a servidora de seu cotidiano, diária para a servidora e filhos que precisarem viajar juntos para atividades institucionais.
- 18)** Viabilizar uma política permanente de creche nos campus para servidoras(es) e alunas(os).
- 19)** Criar bandeirão nos campi para servidoras(es) e alunas(os);
- 20)** Desenvolver política específica para mulheres em trabalho remoto, considerando a sobrecarga das tarefas domésticas e cuidados de terceiros;
- 21)** Criar cotas e políticas de incentivo à paridade de gênero nas pró reitorias e nos cargos de gestão.
- 22)** Valorizar a participação do NUGS e SINASEFE-SP nas comissões, GTs e instâncias de decisão que tratem de questões relativas às mulheres.
- 23)** Exercer uma gestão de pessoas que garanta e amplie direitos, valorize as carreiras tanto de docentes como de TAES, a partir de incrementação de políticas de autocapacitação, flexibilização de jornadas, incentivo à participação em projetos, equidade, isonomia e horizontalidade para a tomada de decisões.

